



**ATA DA OCTOGÉSIMA SEGUNDA SESSÃO ORDINÁRIA DA SEGUNDA SESSÃO
LEGISLATIVA DA DÉCIMA SEGUNDA LEGISLATURA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO
ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**

Aos dezoito dias do mês de setembro do ano de dois mil e vinte e quatro, às nove horas e quarenta e quatro minutos, no Plenário Deputado Júlio Maia, sob a presidência do senhor deputado Gerson Claro e secretariada pelos deputados Paulo Corrêa e Pedro Kemp, primeiro e segundo-secretário, verificada a lista de presença e constatada a existência de número legal, foi aberta a presente Sessão Ordinária.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Bom dia, senhoras e senhores! Havendo número legal, declaro aberta a presente Sessão Ordinária. Estamos a dezoito dias das eleições, a festa da democracia, que ocorrerão dia 6 de outubro. **PEQUENO EXPEDIENTE**. Com a palavra, o senhor segundo-secretário, deputado Pedro Kemp, para que faça a leitura da ata da sessão anterior.

SEGUNDO-SECRETÁRIO (deputado Pedro Kemp - PT) — Bom dia, senhor presidente! Bom dia, senhores deputados! *"Ata da Octogésima Primeira Sessão Ordinária da Segunda Sessão Legislativa da Décima Segunda Legislatura da Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso do Sul. Aos dezessete dias do mês de setembro do ano de dois mil e vinte e quatro, às nove horas e trinta minutos, no Plenário Deputado Júlio Maia, sob a presidência do senhor deputado Gerson Claro e secretariada pelos deputados Paulo Corrêa e Pedro Kemp, primeiro e segundo-secretário, verificada a presença dos deputados e constatada a existência de número legal, foi aberta a Sessão Ordinária. PEQUENO EXPEDIENTE - Lida e aprovada a Ata Noventa e Três da Octogésima Sessão Ordinária. Pelo senhor primeiro-secretário foram lidos os seguintes expedientes: Ofício nº 17.7919/2024, do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes; e-mail, do Transfere.Gov.Br; Ofício nº 800/2024, do Ministério Público de Mato Grosso do Sul; Ofício nº 0221236/33/004237/2024, da Defensoria Pública de Mato Grosso do Sul; Ofícios nºs 12.350 e 12.569/2024, da Secretaria de Estado de Governo e Gestão Estratégica de Mato Grosso do Sul; Ofício nº 155/2024, da Prefeitura Municipal de Nova Andradina; Ofício nº 324/2024, da Câmara Municipal de Dourados. SEGUNDA PARTE DO PEQUENO EXPEDIENTE - Usaram da palavra os deputados Paulo Corrêa, Zeca do PT, Antonio Vaz e Caravina. Sobre a mesa, proposições apresentadas pelos deputados Mara Caseiro, Junior Mochi, Pedro Kemp, Lucas de Lima, Marcio Fernandes e Zé Teixeira. GRANDE EXPEDIENTE - Não houve oradores inscritos. ORDEM DO DIA - Foi aprovado, em discussão única e votação nominal, o Projeto de Resolução nº 12/2024, de autoria do deputado Paulo Duarte. Foi aprovado, em segunda discussão e votação nominal, o Projeto de Lei nº 6/2023, de autoria do Poder Judiciário. Foram aprovadas, em primeira discussão e votação nominal, as seguintes proposições: Projeto de Lei nº 62/2021, de autoria do deputado Lidio Lopes; Projeto de Lei nº 182/2024, de autoria do Poder Executivo. Foram aprovadas, em discussão única e votação simbólica, as seguintes proposições: requerimento de moção de pesar, de autoria dos deputados Pedro Kemp e Paulo Corrêa, endereçada aos familiares de Maria Beatriz Almeida Maia; requerimento de moção de pesar, de autoria do deputado Lidio Lopes, endereçada aos familiares de Sandro Alex Ferreira do Amaral; requerimentos de informações, de autoria do deputado Zeca do PT; indicações, de autoria dos deputados Pedro Kemp, Renato Câmara e Zé Teixeira. EXPLICAÇÕES PESSOAIS - Não houve oradores inscritos. Nada mais havendo a tratar, o senhor presidente encerrou a presente Sessão e, para constar, mandou lavrar a presente ata que, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada. Plenário Deputado Júlio Maia, dezessete de setembro do ano de dois mil e vinte e quatro". Foi lida a ata, senhor presidente.*



PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Em discussão a ata que acaba de ser lida. Não havendo quem queira impugná-la, dou-a por aprovada. Com a palavra, o senhor primeiro-secretário, deputado Paulo Corrêa, para que faça a leitura do expediente.

PRIMEIRO-SECRETÁRIO (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Bom dia, senhor presidente! Bom dia, senhoras e senhores deputados! Expediente da Sessão Ordinária do dia 18 de setembro de 2024: Cartas nºs 876 e 880/2024, da Energisa Mato Grosso do Sul, respondendo às indicações dos deputados Gerson Claro e Pedrossian Neto (Prot. nºs 2314, 2334/2024). Senhor presidente, foi lido o expediente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Quero registrar, mais uma vez, que hoje de tarde, às 14 horas, aqui no Plenário, nós teremos uma importante reunião, inclusive com a presença de ministros, para tratarmos da seca que acomete o nosso estado e o Brasil todo. Essa reunião ocorreria no Plenarinho Deputado Nelito Câmara, mas o deputado Paulo Duarte apresentou um requerimento para que, se necessário, ela seja feita aqui neste Plenário.

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Pela ordem, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, pela ordem, o deputado Zeca do PT.

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Senhor presidente, aproveitando o ensejo, eu quero registrar nos anais desta Casa — em nome da bancada do PT e daqueles que produzem na agricultura familiar, ou seja, os assentados da reforma agrária, os pequenos produtores da agricultura familiar tradicional, os povos indígenas e os povos quilombolas — nosso sentimento de gratidão. Em nome desse conjunto de trabalhadores e trabalhadoras da terra, que produz alimento de boa qualidade e que alimenta o povo brasileiro, agradeço a Vossa Excelência, senhor presidente, pela sensibilidade em trazer para esta Casa essa questão fundamental, e ao mesmo tempo agradeço ao governador Eduardo Riedel, que, desde o primeiro momento, quando conversei com ele, lá de Itaquiraí, prontamente colocou o governo à disposição e se fará presente nesta Casa, na reunião de hoje, para tratarmos da questão da seca. E quanto à reunião de hoje, três ministros já confirmaram presença: o ministro do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar, Paulo Teixeira; o ministro do Desenvolvimento Social, Wellington Dias; e o ministro de estado chefe da Secretaria de Relações Institucionais, Alexandre Padilha. Seria muito bom se Vossa Excelência presidisse as atividades que realizaremos hoje de tarde. Essa reunião será um marco histórico no atendimento à agricultura familiar, àqueles que sofrem por conta da seca, do fogo, da fome e da falta de água. Obrigado, presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Nós estaremos aqui, com certeza. Quero reforçar o convite aos colegas deputados para participarem da reunião. Que ela seja bastante produtiva. Quero lembrar que até o final de outubro faremos a outorga do Título de Cidadão e da Comenda do Mérito Legislativo. Solicito a quem pretende fazer alguma indicação, que se apresse. Outra coisa, a Mesa Diretora está estudando a possibilidade de suspendermos as sessões ou de suprimirmos a Ordem do Dia nos dias 1º, 2 e 3 de outubro, para que os deputados possam atender especialmente o interior do estado. Solicito que as comissões agilizem seus trabalhos até o dia 30 de setembro. E depois das eleições a gente volta com força total, faz sessões extraordinárias, e vota o que tiver de ser votado. Mas seria bom a gente suspender as sessões na



semana das eleições. Passemos à **Segunda Parte** do Pequeno Expediente. Com a palavra, o deputado Pedro Kemp.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Senhor presidente e senhores deputados, eu venho apresentar duas indicações. Indico à Mesa, na forma regimental, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder à senhora Rhaiza Rejane Neme de Matos, prefeita municipal de Naviraí, com cópia ao senhor Lindomar Ferreira, coordenador do Distrito Sanitário Especial Indígena de Mato Grosso do Sul, solicitando a disponibilização de caixa d'água e de bomba d'água, para que o poço artesiano que já está perfurado na aldeia urbana Mborevi, em Naviraí, seja colocado em funcionamento. Esta solicitação foi encaminhada ao nosso gabinete pelo senhor Bráulio Armosa. Conforme o documento da liderança da comunidade, sessenta famílias que residem na área enfrentam problemas relativos ao abastecimento de água. Embora o poço artesiano já esteja perfurado, os moradores não possuem recursos para adquirirem o motor e a caixa d'água. Parece uma piada, mas é uma tragédia ver (em pleno século XXI, em um estado tão rico) uma comunidade sem acesso à água potável. Se a gente não conseguir sensibilizar a prefeita com esta indicação, vamos fazer uma vaquinha para comprar uma caixa d'água e uma bomba para aquela comunidade. A situação é inadmissível. Indico à Mesa, na forma regimental, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao senhor Marcelo Heitor Silvestre dos Santos, superintendente da Pesca em Mato Grosso do Sul, e ao senhor André Borges Barros de Araújo, presidente do Instituto de Meio Ambiente, solicitando adoção de medidas de proteção aos cardumes dos rios do nosso estado que estão na região que enfrenta essa seca extrema. Os peixes estão concentrados em pequenas áreas, devido ao baixo nível das águas, tornando-se presas fáceis para a pesca predatória. Várias pessoas ligadas à pesca têm ligado para o nosso gabinete, a fim de relatar a situação. Era o que eu tinha. Pela ordem.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Pois não.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Quero registrar um fato lamentável que está acontecendo em Antônio João, na comunidade indígena Nhanderu Marangatu. Há dois ou três dias, indígenas retomaram uma área próxima à aldeia Nhanderu Marangatu. A Polícia Militar foi ao local para retirá-los. Hoje de manhã houve um ataque à comunidade, e um indígena chamado Neri foi brutalmente assassinado com um tiro na cabeça. Nós vimos fotos. Situação lamentável. Não é feita uma ação efetiva para pôr fim aos conflitos por terra aqui em Mato Grosso do Sul. Meses atrás, lá em Douradina, houve problemas nesse sentido. A situação vai se arrastando. O problema não é solucionado. Em Douradina e em Antônio João há estudos bastante avançados de identificação, homologação e demarcação de terra indígena. E o processo, pelo que fui informado, está parado no Supremo Tribunal Federal, por conta de um pedido de vista do ministro Gilmar Mendes. Com isso, a comunidade, cansada de esperar, retomou a área. Aí, hoje de manhã, a Polícia Militar realizou no local uma operação que vitimou uma pessoa. Eu quero fazer um apelo aqui: solicito que o governo federal demarque os territórios indígenas e que o governo do estado, a Secretaria de Segurança Pública, não vitime mais pessoas. A polícia pode e deve fazer seu trabalho, mas é indispensável que ela proteja a vida humana. Solicito, ainda, que o governo do estado tome as devidas providências, para que o Gabinete de Crise atue nessas situações. Assim, é possível dispensar o uso de força policial. Não se pode normalizar isso. Para evitar mais violência e mais mortes, é preciso que haja uma ação efetiva da parte do governo, é preciso dialogar, é preciso solicitar uma intervenção do governo federal. Esperamos que haja uma solução pacífica. Muito obrigado, presidente.



PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, o deputado João Henrique. Com a palavra, a deputada Lia Nogueira.

DEPUTADA LIA NOGUEIRA (PSDB) — Bom dia, presidente, integrantes da Mesa Diretora, colegas parlamentares, público presente neste Plenário e todos que nos acompanham pela TV e Rádio Alems! Eu trago hoje duas proposições. Solicito à Mesa, na forma regimental, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao senhor Eduardo Correa Riedel, governador do estado; ao senhor Maurício Simões, secretário de estado de Saúde; e ao senhor Alan Guedes, prefeito de Dourados, solicitando que seja realizado um convênio entre o estado e o município, no sentido de ampliar o número de cirurgias eletivas, em diversas especialidades, entre elas: oftalmológicas, otorrinolaringológicas, vasculares, cirurgia-geral, ortopédicas. A intenção é que os pacientes não precisem ser trazidos a Campo Grande para fazerem os procedimentos de que necessitem. A população da maior cidade do interior do estado tem enviado ao nosso gabinete reclamações relativas ao não oferecimento das cirurgias eletivas. A maioria das famílias da região depende do Sistema Único de Saúde e precisa vir a Campo Grande para fazer determinados procedimentos. Acontece que o deslocamento e a hospedagem geram custos, e muita gente não tem como arcar com tantas despesas. A gente solicita, portanto, que seja feita uma espécie de mutirão, para que as cirurgias sejam realizadas lá mesmo em Dourados. O Programa "MS Saúde - Mais Saúde e Menos Fila" prevê que prefeituras e estabelecimentos de saúde firmem convênios para garantir a realização de cirurgias eletivas em diversas especialidades. Basta, portanto, que convênios sejam firmados, para que o problema seja resolvido. Solicito à Mesa, na forma regimental, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao governo do estado, à Sanesul e aos demais órgãos necessários, a fim de saber informações a respeito da falta de água nas aldeias de Mato Grosso do Sul, sobretudo na reserva indígena de Dourados, que é a maior reserva indígena urbana do país. Semana passada, houve um problema bem grande na comunidade, por conta da falta de água. E como o deputado Pedro Kemp disse, é inconcebível que, em pleno século XXI, as comunidades indígenas não tenham acesso à água potável, à vida, à dignidade humana. Os indígenas são brasileiros, de fato, deputado Paulo Corrêa. E na semana passada, houve uma situação que fugiu ao controle: três escolas indígenas das redes municipal e estadual tiveram as aulas suspensas, por conta da falta de água. Mais de três mil alunos foram prejudicados. Portanto, a gente apresenta esta indicação. Na semana passada, eu solicitei à Sanesul que enviasse caminhões-pipa para atender a comunidade, e fui, de imediato, atendida. E por conta própria, ex-governador Zeca do PT, nós adquirimos água potável, água mineral, e levamos para aquelas escolas, a fim de que as aulas fossem retomadas. Mas é inadmissível o que está acontecendo em Dourados. Aulas suspensas. Crianças indígenas fora de sala de aula. Falta de água nas escolas. Então, a gente quer saber em que pé está esse projeto que iria servir de projeto piloto para as demais áreas indígenas de Mato Grosso do Sul, que também enfrentam esse problema de falta de água, como o deputado Pedro Kemp disse aqui. A gente não pode mais permanecer de braços cruzados. A população dos povos originários é grande. É um desrespeito, é falta de cidadania, é falta de humanização. Nós estamos no ano eleitoral, e o momento é oportuno para repensar essa situação. A população indígena só é enxergada, deputado Marcio Fernandes, em época eleitoral; em outras épocas, ela é invisível. Obrigado, presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, o deputado Paulo Duarte. Com a palavra, a deputada Gleice Jane.



DEPUTADA GLEICE JANE (PT) — Bom dia, presidente! Bom dia, nobres colegas! Eu venho apresentar uma indicação. Eu estive em Rio Verde e conversei com uma mãe atípica, e ela me apresentou a necessidade de haver professores capacitados nas escolas para atenderem as crianças especiais. Ela disse que as crianças estão sendo atendidas por estagiários. E recentemente eu já fiz aqui uma solicitação sobre a abertura de concurso público para contratação de professores. A educação especial já vem sendo atendida, há muitos anos, por uma grande quantidade de professores contratados. Esse problema precisa ser resolvido. E nós também precisamos entender melhor como funciona a organização da carga horária dos professores da educação especial. Há relatos de que os professores trabalham 20 horas e que as crianças que eles atendem ficam mais que isso na escola. Então, como se dá esse processo? Os alunos estão ficando sem professores? Os professores estão trabalhando mais do que deveriam? É preciso discutir a organização da educação especial no estado. Também é preciso que o governo faça parcerias com as Secretarias Municipais de Educação, para garantir qualidade no atendimento às crianças PCDs em todo o estado. Até porque as crianças da rede municipal depois se tornarão crianças da rede estadual. E quando elas não recebem um atendimento adequado na rede municipal, ela fica defasada e vai assim para a rede estadual. Então, o governo precisa atuar junto às Secretarias Municipais de Educação, para que elas consigam avançar nesse sentido. Lá em Dourados, depois de muita luta dos professores e das professoras, depois de denúncia do Ministério Público, de ação judicial, nós temos o concurso público da educação especial. Isso foi resultado da luta da categoria e das famílias. Presidente, ademais, eu quero fazer coro à fala do deputado Pedro Kemp no que diz respeito ao que está acontecendo, neste momento, em Antônio João. Há relatos de que um indígena foi assassinado essa madrugada e que a comunidade indígena solicita que a Polícia Federal vá à área para fazer uma investigação. A comunidade diz que o indígena foi assassinado em conflito com a PM. Então, é importante que a Polícia Federal intervenha, acompanhe esse caso. É isso que a comunidade solicita neste momento. E eu estive Antônio João, semana passada, e vi uma grande quantidade de PMs protegendo uma área privada. Sabemos que há uma orientação judicial nesse caso, à qual precisamos atender. Mas o que me chama a atenção é o fato de a população não receber tanta proteção da Segurança Pública do estado como recebe o fazendeiro. E ontem também saiu a notícia, circulou pelas redes sociais, de que a advogada responsável por atender aquela área seria assistente particular, ou melhor, ela é nomeada no cargo de assessora especial do governo do estado. Essas relações nos chamam a atenção. Precisamos discutir sobre isso. O governo precisa dizer se é isso mesmo que está acontecendo. Afinal de contas, nós não podemos ficar com informações que circulam pelas redes, sem que o governo nos dê um parecer oficial. Finalizo solicitando que a Polícia Federal vá até o local, faça uma intervenção e acompanhe o caso. Obrigada.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, pela ordem, o deputado Coronel David.

DEPUTADO CORONEL DAVID (PL) — Senhor presidente, eu ouvi o relato dos deputados do PT com relação à operação da polícia hoje no município de Antônio João, e quero dizer o seguinte: a PM não assassina ninguém! Estavam no local profissionais que foram requisitados pela Justiça Federal de Ponta Porã para evitar que a Fazenda Barra fosse invadida. Falta conhecimento às pessoas que vêm aqui criticar a ação da Polícia Militar. A Polícia Militar, por determinação judicial, está no local desde o ano passado, fazendo policiamento e evitando novas invasões. Na sexta-feira, senhor presidente, a PM foi chamada ao local novamente para impedir o confronto, e os indígenas ameaçaram de morte o tenente-coronel Guardiano, comandante do



batalhão de Ponta Porã. Os índios, inclusive, lançaram uma flecha na região abdominal do tenente-coronel. Os policiais receberam ameaças de morte. Os índios disseram que o comandante não sairia de lá com vida, nem os fazendeiros. E digo mais, senhor presidente, um deputado federal do Paraná também esteve no local, foi lá pedir para os índios invadirem a fazenda. E ontem foi remetido para o local um reforço da Polícia Militar, do Batalhão de Choque. E hoje, às 6 horas da manhã, os indígenas entraram novamente em confronto com a PM, usando arma longa, dispararam contra os PMs, que revidaram a agressão injusta, e um indígena levou um tiro, e faleceu. A PM não sai de casa para matar ninguém, e também não sai para morrer. A PM estava lá cumprindo uma determinação judicial. Eu não vou admitir que uma pessoa ocupe a tribuna desta Casa para chamar a PM de assassina. Não vou admitir, senhor presidente. É só isso.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, o nobre deputado Renato Câmara.

DEPUTADO RENATO CÂMARA (MDB) — Senhor presidente, eu quero apresentar uma indicação. Peço permissão para ler aqui da mesa. Indico à Mesa, na forma regimental, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao governador do estado, senhor Eduardo Riedel, e o secretário de estado de Administração, senhor Frederico Felini, solicitando que seja encaminhado a esta Casa o projeto de reestruturação e reorganização do Plano de Cargos e Carreira dos servidores da Agência de Desenvolvimento Agrário e Extensão Rural (Agraer), bem como que seja elaborado, em conjunto com os servidores, uma proposta de reajuste do salário da categoria. Esse é um pleito antigo da nossa querida Agraer, que desempenha um trabalho muito importante aqui no estado. A Agraer conseguiu mais de 60 milhões de reais de investimento de vários fundos e emendas parlamentares para investir no pequeno produtor, para investir na agricultura. Nós sabemos que 40% do PIB dos municípios com menos de 20 mil habitantes vem exclusivamente da agricultura e da pecuária. Isso não acontece por acaso. É preciso trabalhar com tecnologia, é preciso trabalhar com técnicos. A Agraer, mesmo precisando contratar mais técnicos, tem feito um bom trabalho, e os técnicos precisam ser reconhecidos. Como? Com um salário adequado. Há uma disparidade salarial entre as várias categorias de servidores do estado. Isso precisa ser revisto. É necessário avançar nesse sentido. Era o que eu tinha. Obrigado.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, o deputado Roberto Hashioka.

DEPUTADA GLEICE JANE (PT) — Pela ordem, presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, pela ordem, a deputada Gleice Jane.

DEPUTADA GLEICE JANE (PT) — Quero fazer uma colocação. Eu fui ao microfone e falei da situação de Antônio João. E quero reiterar a minha posição, porque em momento algum eu questiono a posição dos policiais. Os policiais são trabalhadores, são servidores públicos, que também são vítimas de um sistema de segurança pública que não protege sequer os próprios trabalhadores. É preciso fazer um debate sobre a situação deste país, onde a polícia mata e morre. O nosso modelo de sistema de segurança precisa ser debatido. Agora, o que está acontecendo não é culpa dos trabalhadores. A gente precisa enfrentar o problema. Nós debatemos sobre o



sistema da saúde, da educação, de todos os outros segmentos, e parece que temos dificuldades em debater sobre a segurança, sobre a necessidade de fazermos mudanças para garantirmos segurança à população e aos policiais. Eu sou servidora pública, sou sindicalista, e sempre defendi os trabalhadores. O que eu questiono aqui não é a atuação dos policiais, é o sistema de segurança do estado, que parece privilegiar uma classe em detrimento de outra. É sobre o sistema que nós estamos falando. É importante colocarmos as palavras certas nos lugares certos, e fazermos o debate certo, para que possamos avançar. Menosprezar e diminuir esse debate não é bom para a sociedade. O que eu questionei foi o seguinte: a gente não vê aquela quantidade de policiais defendendo vários setores da sociedade. O povo de Mato Grosso do Sul parece não receber a mesma proteção que recebe uma propriedade privada. É isso que eu questionei. E reitero a minha posição. Nós temos que fazer um debate sério sobre a segurança pública, sobre a proteção do povo e também dos policiais militares. Obrigada.

DEPUTADO CORONEL DAVID (PL) — Pela ordem, senhor presidente. Eu gostaria de pedir à deputada Gleice Jane que ela fosse honesta e pedisse para a Mesa Diretora retirar de seu discurso o termo *assassino*. Ela disse que a PM assassinou o índio. Eu não admito esse termo; porque não foi isso que aconteceu lá. Outra coisa, senhor presidente, as pessoas precisam entender de segurança pública quando querem discutir o assunto. Para discutir sobre saúde, por exemplo, é preciso entender de saúde. Eu percebo que muitas pessoas não entendem nada de segurança pública e querem ficar arrumando solução mágica para os problemas. [Queda de energia]... [Deputados falam fora do microfone]... A segurança pública carece, há milênios, de mais atenção. Isso nós até reconhecemos. Agora, vir aqui dizer que a PM assassinou o indígena, não dá. O cara atirou no PM. O PM também é ser humano. O índio estava com uma arma longa e disparou contra o PM. Aí você quer o quê? Quer que o PM morra cumprindo uma ordem judicial? Ele estava lá cumprindo o seu papel. O PM não levanta e diz: "Vou lá na...". [Falha no microfone]...

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Quero dizer aos senhores deputados que a queda de energia não ocorreu somente aqui na Assembleia e aqui no Plenário. Segundo alguns colegas deputados, em vinte e quatro anos, esta é a primeira vez que a energia cai durante a sessão. Nós estamos no Pequeno Expediente. Vou pedir para os colegas moderarem na questão de ordem, porque debate não é questão de ordem, questão de ordem é para debater questões regimentais. A gente é benevolente, vai ouvindo, deixa uma ou duas vezes, mas se os senhores quiserem continuar debatendo, e vou pedir que o façam no Grande Expediente ou nas Explicações Pessoais. O debate é importante, faz parte da democracia, mas a sessão tem que ocorrer na sua normalidade... Vamos em frente. O deputado Roberto Hashioka colocou seu expediente sobre a mesa... Com a palavra, o deputado Coronel David. Transferida. Com a palavra, o deputado Lucas de Lima.

DEPUTADO LUCAS DE LIMA (Sem partido) — Bom dia, senhor presidente! Bom dia, nobres deputados! Eu venho a esta tribuna para falar sobre uma ação com a qual entrei no Tribunal Regional Eleitoral para sair do PDT por justa causa. Quero deixar bem claro o motivo pelo qual saí do PDT. O partido faz um excelente trabalho, defende pautas importantes, como a educação, a saúde, o trabalho, enfim. Aliás, foram essas pautas que me levaram a integrar o PDT. O partido sempre teve grandes figuras, Darcy Ribeiro, Leonel Brizola e tantas outras. A gente tem que respeitar isso. O motivo foi interno, foi estadual, com a própria direção estadual. Isso me motivou a ir ao TRE e pedir minha saída por justa causa. Isso cabe a nós enquanto parlamentares, enquanto deputados eleitos. E o Tribunal Regional Eleitoral, por cinco votos a dois, concedeu-me o



direito de sair do partido por justa causa. Agradeço ao deputado Paulo Corrêa pelo convite para ir para o PSDB. O deputado Marcio Fernandes acabou de me convidar para integrar o MDB. Colegas de outros partidos também falaram comigo. Eu estou analisando as propostas. Mas, por enquanto, vou ficar sem partido. Agradeço o carinho de todos vocês. Muito obrigado.

DEPUTADO CORONEL DAVID (PL) — Senhor presidente, quero dizer ao deputado Lucas de Lima que o PL está de portas abertas para ele. Mas a gravata nós vamos ter que trocar.

DEPUTADO LUCAS DE LIMA (Sem partido) — O deputado Pedro Kemp olhou assim... "Será que ele vem para o PT?". O deputado Professor Rinaldo vai assumir o PL, deputado Coronel David?... A gente pode pensar com mais carinho nessa proposta.

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (Podemos) — Deputado Lucas de Lima, o senhor sabe que sozinhos nós andamos rapidamente; mas, juntos, nós "Podemos" ir mais longe. O partido Podemos também está de portas abertas para o senhor. Vossa Excelência é uma pessoa íntegra e acessível às demandas da sociedade. Vossa Excelência está recebendo vários convites. Isso prova o carinho que temos pelo senhor. Nós do Podemos ficaríamos honrados em tê-lo conosco.

DEPUTADO LUCAS DE LIMA (Sem partido) — Obrigado.

DEPUTADO ANTONIO VAZ (Republicanos) — Pela ordem, senhor presidente. Eu, como presidente estadual do Republicanos, quero convidar o deputado Lucas de Lima a integrar o nosso partido. O senhor será bem-vindo ao nosso partido, o que mais cresce no Brasil.

DEPUTADO LUCAS DE LIMA (Sem partido) — Obrigado. Obrigado a todos. Nós vamos analisar as propostas.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Parabéns pela vitória, deputado!... Com a palavra, o deputado Junior Mochi.

DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — Senhor presidente, senhores deputados, população, imprensa, servidores da Casa, bom dia! Eu venho apresentar duas indicações. Indico à Mesa, na forma regimental, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao senhor Carlos Manoel Baigorri, presidente da Agência Nacional de Telecomunicações; ao senhor Eriberto Liberatti, gerente regional da operadora Vivo em Mato Grosso do Sul; ao senhor Claudemir Martins de Freitas, gerente territorial da operadora Claro de Mato Grosso do Sul; e ao senhor Daniel Tavares de Souza, gerente regional da operadora TIM de Mato Grosso do Sul, por cópias autônomas, solicitando a instalação de torre de telefonia celular no distrito de Palmeiras. A presente demanda foi encaminhada ao nosso gabinete por representantes da população daquele distrito. Indico à Mesa, na forma regimental, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao governador do estado, senhor Eduardo Riedel; ao senhor Guilherme Alcântara de Carvalho, secretário de estado de Infraestrutura e Logística; e ao senhor Mauro Azambuja Rondon, diretor-presidente da Agesul, solicitando a implantação de redutor de velocidade, ou lombada eletrônica, na rodovia MS-427. O presente pedido foi encaminhado ao nosso gabinete através do Ofício nº 357/2024, do vereador José Odorico de Oliveira Almeida, da Câmara Municipal de Rio Verde. É só, senhor presidente.



PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Protocolos referentes às proposições apresentadas (*De autoria do deputado Caravina: uma moção de congratulação (Prot. nº 2940/2024). De autoria da deputada Lia Nogueira: quatro indicações (Prot. nºs 02948/2024, 02949/2024, 02950/2024, 02951/2024); uma projeto de resolução (Prot. nº 02952/2024). De autoria da deputada Mara Caseiro: três indicações (Prot. nºs 02968/2024, 02967/2024, 02966/2024). De autoria do deputado Marcio Fernandes: uma indicação (Prot. nº 02966/2024). De autoria do deputado Paulo Corrêa: um requerimento (Prot. nº 02954/2024); uma moção de congratulação (Prot. nº 02955/2024); um projeto de resolução (Prot. nº 02964/2024). De autoria do deputado Pedro Kemp: duas indicações (Prot. nºs 02960/2024, 02963/2024). De autoria do deputado Pedrossian Neto: duas indicações (Prot. nºs 02963/2024, 02960/2024). De autoria do deputado Roberto Hashioka: uma moção de congratulação (Prot. nº 02965/2024); um projeto de lei (Prot. nº 02969/2024). De autoria do deputado do Zeca do PT: uma indicação (Prot. nº 02970/2024).). Encerrado o Pequeno Expediente. Passemos ao **GRANDE EXPEDIENTE**. Com a palavra, o deputado Junior Mochi. Transferida. Com a palavra, o deputado Zeca do PT. Transferida. Com a palavra, o deputado Antonio Vaz. Transferida. Com a palavra, o deputado Paulo Duarte. Transferida. Com a palavra, o deputado Pedro Kemp. Vossa Excelência dispõe de vinte e sete minutos.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — sem revisão do orador — Nós estávamos fazendo um debate sobre o conflito em Antônio João, quando ocorreu a queda de energia. Quero, aliás, registrar que, pela primeira vez, desde que estou aqui, caiu a energia na Alems. Mas, como disse o presidente, não foi só aqui, foi geral. Bem, mas o deputado Coronel David defendeu com veemência a Polícia Militar, e eu quero defender a comunidade indígena. Eu não estou acusando a Polícia Militar, não estou acusando ninguém. Acontece que houve uma morte. Está aqui a foto [material impresso]. Um indígena levou um tiro na cabeça e morreu. Não sabemos quem efetuou o disparo. Eu não posso afirmar. Não sei se foi uma milícia contratada, não sei de nada. Mas o fato é que alguém matou o índio. O projétil não caiu do céu, ele partiu da arma de alguém. Eu não entendo nada de segurança pública, quem entende é o Coronel David, que foi comandante-geral da polícia no estado. Mas eu entendo que o papel da polícia é defender a vida! Agora, aconteceu um assassinato. A polícia estava lá. E a polícia deveria estar lá para proteger as pessoas! Quero dizer uma coisa: eu defendo há mais de vinte anos que haja uma solução pacífica para os conflitos por terra, neste estado. Defendo que os fazendeiros sejam indenizados. Defendo que a questão seja resolvida de uma vez por todas. As partes não podem ficar brigando. Não pode virar um banguê-banguê. Isso é irracional. Há autoridades responsáveis pela área. Nhanderu Marangatu já foi homologada. O Ministro Gilmar Mendes pediu vista do projeto e não decide! Não decide! E deixa as duas partes se digladiando, Coronel David. Acho que isso não pode acontecer. Eu acabei de passar essas imagens aqui [material impresso] para o Ministério dos Povos Indígenas e para o Ministério dos Direitos Humanos. Alguém tem de fazer alguma coisa! Tem de haver uma mediação! Em mandatos anteriores, eu fiz audiências públicas e em uma delas recebi o senhor Dácio Queiroz, e ele me apresentou um documento no qual disse: "Eu vendo a minha propriedade. Quero que o governo federal compre a minha terra e a entregue aos índios." Então, existe uma saída. Para que essa situação seja resolvida, precisa haver vontade política. Agora, uma coisa tem de ser registrada aqui: nesses conflitos, só morre indígena! O senhor não admite ataque à polícia, deputado Coronel David, e o faz com razão, o senhor tem de fazer essa defesa mesmo. Mas eu também não admito que criminalizem a comunidade indígena, dizendo que o pessoal estava armado, com cano longo, com flecha, com isso e com aquilo. Pelo amor de Deus! É um bando de pobre, de miserável, que passa fome! Os índios são desprotegidos. E, aliás, nesse final



de semana veio uma comitiva, na qual havia um deputado federal do Paraná, um cardeal do Amazonas e um grupo de defensores dos direitos humanos. Eles vieram fazer uma visita a Douradina. Eu fui convidado para ir com eles lá onde está havendo o conflito. Aí eles ficaram sabendo que estava acontecendo um ataque em Antônio João, e foram lá prestar solidariedade à comunidade indígena. Ninguém foi incitar nada. Até porque seria uma irresponsabilidade fazer isso. Porque quem morre são os indígenas. "Olha, vocês vão lá e ocupem aquela fazenda." Dizer isso seria um ato irresponsável. Até porque os índios levam crianças, idosos, mulheres. E sempre é morto um indígena. Então, coronel, eu acho que a gente tem de fazer aqui um debate racional. Eu não vou acusar ninguém sem saber de onde partiu o tiro. Agora, o tiro partiu da arma de alguém que estava lá no local. Era alguém contratado?... Era uma milícia privada?... Isso tem que ser investigado. Aliás, eu faço um apelo aqui: a Polícia Federal tem de ir ao local! Pelo que sei, um ônibus da Polícia Militar chegou à área hoje cedo, e várias viaturas. Aliás, eu nunca vi tantas viaturas. Eu tenho as fotos aqui. Mas onde está a Polícia Federal? A situação é de responsabilidade da Polícia Federal, porque envolve a comunidade indígena. Acho que precisa ser feita uma investigação. Até porque quando morre um indígena, o caso nunca é elucidado. Quem matou? Por que matou? Onde foi parar o corpo? As lideranças da área já me mandaram a informação de que estão tentando esconder o corpo, dar fim nele. E é sempre assim, deputada Gleice Jane. Eu me lembro do Nísio Gomes. Lembra dele? Eu falei do caso aqui nesta tribuna. Ele foi assassinado, e até hoje seu corpo não foi encontrado. Isso faz mais de dez anos. Nós fizemos um ato aqui na Assembleia Legislativa, plantamos um pé de Ipê ali na frente, quando ele foi assassinado. O corpo está desaparecido até hoje. É sempre assim. Os casos não são elucidados. Confesso que, quando fui convidado, coronel, para ir ao local com a comitiva de defensores dos direitos humanos, a deputada Gleice Jane até falou comigo, eu pensei: não vou. Eu não vou mais, deputado Pedrossian Neto, porque cansei. O governo federal precisa nos dar uma resposta concreta com relação a essa situação. Não dá mais para viver um banguê-banguê neste estado! Não dá! E eu não vou mais a uma área indígena que está em conflito para tirar fotos e para constatar o que nós já estamos carecas de saber! Nós precisamos de solução! E em Antônio João, no caso, o proprietário da área já se prontificou a se sentar numa mesa e negociar! Ele quer vender a área! Todos querem! No meu gabinete, eu tenho mais de trinta, quarenta ofícios de proprietários que estão com as suas terras ocupadas, os quais dizem: "Eu aceito vender minha área." Se os índios saírem da terra, o proprietário vai produzir? Não vai. Ele vai vender? Quem vai comprar? As terras não têm mais valor comercial! Então, nós, aqui na Assembleia Legislativa, presidente, precisamos também fazer gestões junto ao governo federal. O governo tem o Ministério dos Povos Indígenas, o Ministério da Justiça, o Ministério dos Direitos Humanos. Precisamos dizer: alguém tem de apresentar uma proposta concreta de indenização dos proprietários, para acabar com esse banguê-banguê. Que aquela seja a última vida ceifada. Que aquele corpo se torne o símbolo da luta de um povo que clama por demarcação dos seus territórios tradicionais. E que nós façamos as gestões necessárias, presidente. Eu vou preparar um documento, em nome da Casa, para o governo federal, para as autoridades responsáveis, solicitando que apresentem uma solução para esses conflitos, de forma a atender as comunidades indígenas, que requerem seus territórios, e de forma a atender também aqueles que compraram as terras com boa-fé. Eu sempre tenho defendido aqui o seguinte: quem comprou as terras com boa-fé, terras identificadas como terras indígenas, tem de ser indenizado, e as terras têm de ser devolvidas aos indígenas. Eu concedo um aparte a Vossa Excelência, deputado Coronel David.

DEPUTADO CORONEL DAVID (PL) — Obrigado pelo aparte, deputado Pedro Kemp. A Mesa Diretora está dizendo que foi o senhor que desligou a luz (risos).



DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Está bom (risos)...

DEPUTADO CORONEL DAVID (PL) — ...Mas, falando sério agora, deputado, esta Casa criou a Frente Parlamentar Invasão Zero, em defesa do direito de propriedade. E no dia em que tomamos posse, chamamos a comunidade indígena, a Funai, todos aqueles ligados ao movimento indígena para participarem dos diálogos. Por quê? Porque é interesse desta Casa fazer um grande debate a respeito disso e buscar uma solução. Vossa Excelência tem razão. Nós não podemos mais viver neste estado assim. Agora, eu sempre vou defender a minha instituição e seus integrantes. E eu sei muito bem por que os policiais estavam lá. Ninguém acordou no dia e disse: "Ah, hoje eu vou à fazenda Barra para criar problema com índio!". Nós estamos lá com documento, a fim de atender a Justiça Federal, que pediu que a PM fosse ao local para evitar conflitos. Agora, Vossa Excelência sabe que uns querem entrar e que outros não querem deixar entrar. E o governo federal há de reconhecer que há muito tempo não toma conta dessa situação. Nenhum governo, aliás. E aí, quem paga um alto preço somos todos nós. Quero dizer uma coisa ao senhor: eu fui comandante-geral da Polícia Militar, e certa vez nós fomos requisitados pela Justiça Federal para darmos apoio à Polícia Federal na reintegração de posse da fazenda do Ricardo Bacha, em Sidrolândia. Houve confronto, deputado. Tiros e mais tiros. Nós gravamos toda a operação. Havia indígenas atirando contra os policiais. E um índio foi morto. Depois constatou-se que o projétil encontrado no corpo dele não saiu da arma da PM, e sim da arma dos próprios indígenas. A arma, no caso, era de calibre vinte e dois. Isso tem documento, tem perícia. Agora, eu quero lhe dizer o seguinte, deputado: a Polícia Militar está naquela área há um ano; e como eu disse, na quinta ou na sexta-feira, o comandante da PM de Ponta Porã foi ferido com uma flechada! Agora, veja o senhor que os ânimos estão acirrados por conta dessa situação. Mas eu não vou admitir, em hipótese alguma, que termos como *assassina* e *assassinato* sejam lançados contra a PM. Porque não foi isso que aconteceu. E se alguém atacar a PM, eu vou me levantar e vou defender a minha instituição, os profissionais que estão arriscando a vida para proteger o direito jurídico estipulado pela Justiça Federal de Ponta Porã. Então, eu me somo a Vossa Excelência. Nós fizemos aqui uma reunião. A Abip nos criticou e disse que não foi chamada para o debate. Mas foi a própria Abip que abandonou a mesa de negociação e de conciliação do Supremo Tribunal Federal.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Apib [Articulação dos Povos Indígenas].

DEPUTADO CORONEL DAVID (PL) — Agora, uma opinião minha: enquanto essas ONGs estiverem infestando as aldeias indígenas, aqui e no restante do Brasil, nós não acharemos uma solução, porque elas vivem de recursos. O bolso delas está cheio de grana, e elas pouco fazem pelas comunidades indígenas. Eu sei porque já fui a algumas aldeias. A pobreza das aldeias indígenas é grande. O deputado Zeca do PT já disse aqui que inclusive ia fazer uma denúncia... Há muita gente recebendo dinheiro, e o dinheiro não chega lá na ponta. Eles querem aumentar cada vez mais a balbúrdia, ver índio morrendo, policial sendo ferido. E o problema se arrasta porque alguém tá ficando rico com isso.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Deputado Coronel David, assim como o senhor sempre vai defender a Polícia Militar, eu sempre vou defender as comunidades indígenas. Esta, para mim, é uma causa inegociável. Eu sinto que aqui no estado há um problema que não é de fácil solução. Eu sei disso. Mas o Poder Legislativo precisa fazer gestão junto ao governo federal, que é quem tem condições de resolver o problema. Eu não vou mais visitar área em conflito para tirar foto...



DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Deputado.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Eu não vou, deputado Zeca. Eu vou, quando o governo federal tiver uma proposta. Vou quando eu puder dizer à comunidade indígena que o governo vai indenizar o proprietário da área e devolvê-la para vocês. Se não for assim, nós vamos fazer o que lá? Vamos lá só para constatar a miséria, a fome, o desespero das famílias e a existência do conflito? Isso nós já estamos carecas de saber. Eu concedo um aparte a Vossa Excelência.

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Primeiro, eu quero me solidarizar com Vossa Excelência. A situação que persiste não é conveniente. Não deve ser assim. Portanto, urge que se busque uma solução. O conflito expõe a vida dos dois lados, e quem perde é o pequeno. Isso é histórico. Segundo, só para lembrar: no final do segundo governo do presidente Lula, eu fui procurado pelo dono da fazenda objeto do conflito em Antônio João. E ele estava disposto a negociar a fazenda. Eu marquei com o presidente Lula, levei a proposta para ele; ele se interessou pela ideia e me mandou conversar com o então ministro Márcio Thomaz Bastos, hoje falecido. E o plano não progrediu. Depois veio o governo Dilma; depois veio o governo Temer; depois veio o governo Bolsonaro; agora veio de novo o governo Lula. E o problema não é resolvido. Bom, presidente, os ministros chegam exatamente ao meio-dia. O governador estará lá. E me parece que as autoridades vêm direto para cá. Nós poderíamos aproveitar o tempo entre a chegada deles nesta Casa e o início da nossa reunião sobre a outra temática para conversarmos sobre isso.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Boa.

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Talvez a gente possa entregar um documento para eles. Porque não dá. Absolutamente não dá. E o presidente Lula tem de saber disso. Obrigado.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Boa sugestão, deputado. Deputada Gleice Jane.

DEPUTADA GLEICE JANE (PT) — Deputado, eu quero fazer duas colocações: primeiro sobre a segurança pública no estado. Quero lembrar que nós aprovamos o direito de a Secretaria de Segurança aprovar o Plano Estadual de Segurança Pública sem passar aqui pela Casa. Nós autorizamos isso aqui recentemente. E acho que isto é um erro, porque a segurança pública tem de ser debatida amplamente com a população e também dentro do Poder Legislativo. Mas isso passou. Eu fui contra. E já estamos aqui. É importante lembrar que esta Casa autorizou. Então nós também temos responsabilidade quando se fala em debater segurança pública. Nós precisamos de um sistema de segurança. E é importante separar sistema de pessoas. O sistema de segurança pública precisa ser debatido com o povo, com o Poder Legislativo, para que tenhamos uma segurança que proteja a população e também os policiais. Porque os policiais também são vítimas de processos quando a segurança pública não atende, de maneira adequada, às necessidades da população. Agora, sobre essa questão dos conflitos agrários, quero dizer que estive em Antônio João na sexta-feira, não fui à área do conflito; inclusive conversei com policiais sobre a situação. E soube que os policiais estavam lá para recuperar uma ponte. Há, sim, uma decisão judicial determinando que os policiais fiquem naquela área. Na decisão judicial estão previstos onze camburões e um ônibus? Essa é a decisão? É sobre isso que precisamos debater. Pelos vídeos e pelo que eu vi lá, havia poucos indígenas. Precisamos entender o que está acontecendo. E precisamos debater sobre solução para o problema. Para isso, precisamos nos



desarmar. Precisamos nos desarmar das emoções, de interesses individuais, enfim. Eu acompanhei o processo de tentativa de negociação sobre Douradina junto ao Ministério Público Federal; e parece que nem todos querem vender suas terras, parece que essa não seja uma alternativa. Eu vi que havia interesses divergentes. Portanto, a meu ver, precisamos entender a situação e buscar solução para o problema. Repito: para entender a situação, é preciso se desarmar e analisar o caso com razão. Eu não vejo outra alternativa. Eu estive com o presidente Lula e com o governador Eduardo Riedel na comunidade indígena, em Corumbá. E o presidente disse que, se ele não resolver o problema em dois anos, ninguém mais vai resolvê-lo. Ele tem vontade de resolver. Ele disse isso na nossa frente para as comunidades indígenas. O governador Eduardo Riedel estava lá. Acho que o governo quer resolver o problema. Agora, o Poder Judiciário, o Poder Executivo e o Poder Legislativo precisam encontrar alternativas viáveis. Não há como tentar resolver a situação favorecendo um lado e não favorecendo o outro. A história diz que os índios tiveram seus territórios roubados aqui no Brasil. Em 1950, o Estado brasileiro retirou dos indígenas o direito de estarem em seus territórios. Aí os expulsaram de suas terras. O problema não é entre proprietários rurais e indígenas. Quem criou o problema foi o Estado brasileiro. Portanto, é necessário que o Estado resolva a situação. Ocorre que os grupos ficam brigando, e o Estado não toma as decisões necessárias. É preciso fazer estudos de delimitação, é preciso fazer a demarcação de territórios indígenas, e é preciso fazer um cronograma de ações. Assim, tanto os indígenas quanto os proprietários rurais estarão protegidos. Mas os três Poderes precisam ter coragem de assumir a responsabilidade e encontrar uma alternativa. O lucro não pode ser o cerne do debate. Parece-me que há pessoas que tentam lucrar demais quando vão vender suas terras. Há relatos de que, à medida que as negociações vão se desenrolando, o preço da terra vai subindo. É preciso estudar, construir uma negociação limpa, honesta. O governo deve dizer qual é o preço correto das terras, indenizar quem está lá, e garantir que o negócio seja efetivado. A gente ouve por aí que, onde houve tentativa de negociação, não deu em nada justamente por conta da supervalorização da terra. Então, a gente precisa defender a vida acima do lucro, os direitos de todos os povos acima de tudo. Eu sempre vou defender os povos indígenas aqui. E neste momento, quem está sofrendo são os indígenas, que estão fora de seus territórios, que morrem nesses conflitos, que estão passando fome, que estão com sede porque não têm acesso à água. A gente não pode negar essa realidade. Não podemos ficar aqui fantasiando e negando a luta dos povos indígenas. Eu já disse aqui várias vezes: enquanto nós menosprezamos a capacidade de organização dos povos indígenas, não vamos conseguir encontrar soluções. Estão sempre dizendo que os povos indígenas ocupam seus territórios porque alguém está mandando. Mas ninguém consegue compreender que esse povo luta e tem coragem de ocupar esses territórios. Eles precisam colocar suas vidas em risco, deputado Pedro Kemp e colegas, porque não conseguem mais se sentir vivos sem seus territórios, nessa situação difícil. Concluindo, presidente, quero dizer que os povos indígenas retomam seus territórios porque onde eles estão e da forma como estão é complicado. Eles dizem a todo momento que não há mais dignidade, que não há mais condição de viver assim. Muitos dizem que preferem morrer pelos seus territórios a viver como estão vivendo agora. A situação é grave. Para encontrarmos uma solução, precisamos ser mais racionais e menos emocionais. Obrigada.

DEPUTADO PEDROSSIAN NETO (PSD) — Um aparte?

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Vou conceder.



PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Não. Vossa Excelência dispõe de dois minutos apenas. Não há mais espaço para apartes.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Senhor presidente, a Mesa tem de controlar os apartes, porque está havendo aparte de cinco, dez minutos. Eu estou querendo encerrar; mas, por educação, vou conceder um minuto ao deputado Pedrossian Neto.

DEPUTADO PEDROSSIAN NETO (PSD) — Eu lamento que a deputada venha dizer que os produtores rurais têm sido intransigentes e estão buscando lucro num processo como esse. De forma alguma. E Pedro Kemp, eu tenho respeito por Vossa Excelência, o senhor sabe disso. Olha, todos ali são vítimas. A maioria dos produtores rurais quer vender a terra, quer se livrar desse conflito. Eles não deram causa a isso. Eles foram titulados legalmente pelo Estado, pela política do estado de Mato Grosso do Sul, pela política do Estado brasileiro, pela política do Império. Há títulos de propriedades anteriores a 1890. Coisa antiga. Então, esses produtores estão tendo suas terras invadidas, estão sendo ameaçados, estão sem o direito de propriedade. Nós não temos um Estado Democrático de Direito. Eu lamento que a deputada venha dizer que eles estão buscando lucro, quando, na realidade, eles estão tentando se ver livres desse problema. Deputado, eu gostaria ter a certeza que tem a deputada Gleice Jane de que o governo federal quer resolver esse problema. Na verdade, nós já tivemos oito anos de governo Lula, tivemos o primeiro mandato da Dilma e a metade do outro mandato dela. Agora estamos em outro mandato do governo Lula, e não temos nada, nenhum instrumento para resolver esse problema. A situação de Mato Grosso do Sul é diferente da do Amazonas, onde a presença não indígena é recente. Com relação ao estado, nós estamos falando de mais de cento e cinquenta anos. Pague a indenização prévia, justa, e em dinheiro. E não é acima do valor de mercado, é indenização justa, indenização de mercado. Estão falando em 200 bilhões de reais para resolver o problema no Brasil. Pergunto: existe espaço orçamentário para isso? Acredito que de uma vez só não. No entanto, se o governo federal decidir fazer um cronograma e pagar em cinco, sete, dez anos, ele resolve a questão. Agora, é decisão política. Por que não há decisão política? O presidente Lula disse: "Olha, eu quero comprar uma área". Eu entendi a boa-vontade dele. Mas não é assim que se resolve o problema. É outro nível de decisão. Não é remendo. Não é resolver o problema de Douradina. Não é aceitar uma permuta. Isso não resolve. Precisa haver uma decisão. Ou governo federal destina, digamos, 30 bilhões de reais por ano para indenizar todo o mundo e estabelece um cronograma de pagamento sério, crível, ou mortes continuarão a ocorrer. E não foi a polícia que matou o indígena. Sabe quem matou aquela pessoa? Foi a omissão do Estado brasileiro; foi a omissão do Estado brasileiro que ceifou aquela vida. E eu vou dizer o seguinte: não será a última, porque, pelo andar da carruagem, esse negócio...

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Acabou seu tempo, deputado. Conclua, por favor.

DEPUTADO PEDROSSIAN NETO (PSD) — Já vou concluir. Precisamos de decisão política. Aperte o botão. Assine os papéis. Indenize. Vamos proteger os indígenas e vamos proteger os produtores rurais. Pelo Estado Democrático de Direito.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Para encerrar, quero reforçar que...

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Conclua, deputado.



DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — ... vou preparar um documento no qual vou pedir ao governo federal que tome providências urgentes no sentido dar fim a essa situação. E acho que temos que regulamentar aqui o uso da tribuna e do aparte...

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Está regulamentado.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Eu sugiro que a Mesa Diretora compre aqueles microfones que calculam o tempo. Se forem determinados três minutos, que a Mesa corte o microfone de quem não concluir. Porque o nosso pronunciamento fica prejudicado com apartes muito longos. Obrigado.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Quero registrar que a Casa tem o entendimento de que as duas partes que falaram no debate se preocupam praticamente com a mesma coisa. Ou seja: com a questão humanitária relativa aos índios e aos produtores rurais. Da nossa parte, resta o compromisso de lutar, dentro das nossas limitações legais, para que não ocorram mais mortes. É vergonhosa a situação que vem se arrastando por décadas. Nós já demos demonstração do nosso empenho em resolver o problema. E vamos fazer isso. Hoje de tarde, deputado Zeca, teremos a reunião com os ministros. Vamos encaminhar a documentação ao governo federal. E vamos cobrar a nossa bancada federal também. Mas vamos manter esse estilo de debate institucional. Nós não queremos jogar gasolina no fogo. Nós queremos solucionar o problema da melhor forma possível. Registramos e agradecemos a presença do senhor Daniel Teixeira da Costa Júnior, vereador no município de Dourados. Encerrado o Grande Expediente. Passemos à **ORDEM DO DIA**. Solicito ao segundo-secretário que proceda à recomposição do quórum para deliberação.

SEGUNDO-SECRETÁRIO (deputado Pedro Kemp - PT) — Senhor presidente, todos os deputados encontram-se presentes. Há quórum para deliberação.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Quero reforçar que temos prazo para a outorga da comenda e dos títulos. Nós faremos no final de outubro. E nós vamos publicar a questão da suspensão das sessões do dia 30 ao dia da eleição. Vamos liberar os deputados para que possam ir aos municípios... Vamos em frente. Eu vou passar a presidência para o deputado Paulo Corrêa.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Item 1. Em redação final. Projeto de Lei nº 06/2023. Autor: deputado Pedro Kemp. "Dispõe sobre o acesso a produtos industrializados contendo como ativos derivados vegetais ou fitofármacos da Cannabis sativa (produtos de Cannabis), para tratamento de doenças, síndromes e transtornos de saúde." A redação final foi elaborada pela Comissão de Constituição, Justiça e Redação. Em discussão... Encerrada a discussão. Em votação.

DEPUTADO CORONEL DAVID (PL) — Senhor presidente, para declarar meu voto.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Pois não, deputado Coronel David.



DEPUTADO CORONEL DAVID (PL) — Na minha família há uma pessoa autista que necessita do canabidiol para fazer cessar alguns efeitos da sua doença. Então, senhor presidente, cumprimentando o deputado Pedro Kemp, voto favorável.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — OK! Obrigado, deputado Coronel David. Fica registrado. Em votação.

Projeto de Lei nº 06/2023, de autoria do deputado Pedro Kemp.

Presidente - deputado Paulo Corrêa (PSDB).

Segundo-secretário - deputado Pedro Kemp (PT).

DEPUTADO ANTONIO VAZ (Republicanos) — Não.

DEPUTADO CARAVINA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO CORONEL DAVID (PL) — Sim.

DEPUTADA GLEICE JANE (PT) — Sim.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Sim.

DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — Sim.

DEPUTADA LIA NOGUEIRA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO LIDIO LOPES (Patriota) — Não

DEPUTADO LONDRES MACHADO (PP) — Sim.

DEPUTADO LUCAS DE LIMA (sem partido) — Sim.

DEPUTADA MARA CASEIRO (PSDB) — Sim.

DEPUTADO MARCIO FERNANDES (MDB) — Sim.

DEPUTADO NENO RAZUK (PL) — Sim.

DEPUTADO PAULO DUARTE (PSB) — Sim.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Sim.



DEPUTADO PEDROSSIAN NETO (PSD) — Sim.

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (Podemos) — Sim.

DEPUTADO RENATO CÂMARA (MDB) — Sim.

DEPUTADO ROBERTO HASHIOKA (União Brasil) — Sim.

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Sim.

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PSDB) — Não.

DEPUTADO JAMILSON NAME (PSDB) — Sim.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Encerrada a votação. Consulto o segundo-secretário sobre o resultado...

DEPUTADO JAMILSON NAME (PSDB) — Senhor presidente...

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Pois não, deputado.

DEPUTADO JAMILSON NAME (PSDB) — O aparelho aqui não está funcionando, mas eu voto sim.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Registrado.

SEGUNDO-SECRETÁRIO (deputado Pedro Kemp - PT) — Presidente, são dezenove votos favoráveis e três votos contrários.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Aprovada a redação final. Vai ao Expediente. Item 2. Em redação final. Projeto de Lei nº 087/2024. Autor: deputado Paulo Duarte. "Altera a redação e acrescenta dispositivos à Lei nº 3.885, de 20 de abril de 2010, que dispõe sobre a obrigatoriedade do fornecimento ao consumidor de informações e documentos por parte de operadoras de plano ou seguro privado de assistência à saúde no caso de negativa de cobertura." A redação final foi elaborada pela Comissão de Constituição, Justiça e Redação. Em discussão... Encerrada a discussão. Em votação.

DEPUTADO JAMILSON NAME (PSDB) — Pela ordem, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Com a palavra, pela ordem, o deputado Jamilson Name.

DEPUTADO JAMILSON NAME (PSDB) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Anotado, deputado. Em votação.

Projeto de Lei nº 087/2024, de autoria do deputado Paulo Duarte.



Presidente — deputado Paulo Corrêa (PSDB).

Segundo-secretário — deputado Pedro Kemp (PT).

DEPUTADO ANTONIO VAZ (Republicanos) — Sim.

DEPUTADO CARAVINA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO CORONEL DAVID (PL) — Sim.

DEPUTADA GLEICE JANE (PT) — Sim.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Sim.

DEPUTADO JAMILSON NAME (PSDB) — Sim.

DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — Sim.

DEPUTADA LIA NOGUEIRA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO LIDIO LOPES (Patriota) — Sim.

DEPUTADO LONDRES MACHADO (PP) — Sim.

DEPUTADO LUCAS DE LIMA (sem partido) — Sim.

DEPUTADA MARA CASEIRO (PSDB) — Sim.

DEPUTADO MARCIO FERNANDES (MDB) — Sim.

DEPUTADO NENO RAZUK (PL) — Sim.

DEPUTADO PAULO DUARTE (PSB) — Sim.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Sim.

DEPUTADO PEDROSSIAN NETO (PSD) — Sim.

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (Podemos) — Sim.

DEPUTADO RENATO CÂMARA (MDB) — Sim.

DEPUTADO ROBERTO HASHIOKA (União Brasil) — Sim.



DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Sim.

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PSDB) — Sim.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Encerrada a votação. Consulto o segundo-secretário sobre o resultado.

SEGUNDO-SECRETÁRIO (deputado Pedro Kemp - PT) — São vinte e dois votos favoráveis e nenhum voto contrário.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Aprovada a redação final. Vai ao Expediente. Item 3. Em discussão única. Projeto de Resolução nº 031/2024. Autor: deputado Roberto Hashioka. "Institui a Comenda do Mérito Legislativo Empreendedor Ueze Elias Zahran." A Comissão de Constituição, Justiça e Redação emitiu parecer favorável, por unanimidade, ao projeto e à Emenda Substitutiva Integral 01, tendo como relator o deputado Pedrossian Neto. Em discussão... Encerrada a discussão. Em votação.

DEPUTADO ROBERTO HASHIOKA (União Brasil) — Senhor presidente, para declaração de voto.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Com a palavra, o deputado Roberto Hashioka, para declaração de voto.

DEPUTADO ROBERTO HASHIOKA (União Brasil) — Senhor presidente, com essa comenda, homenagearemos o maior empresário de Mato Grosso do Sul e um dos maiores empresários do Brasil. Ueze nasceu em Bela Vista. Construiu uma história em Mato Grosso e em Mato Grosso do Sul. Portanto, merece tal reconhecimento. Agradeço aos nobres pares o apoio. Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — OK! Ainda em votação.

Projeto de Resolução nº 031/2024, de autoria do deputado Roberto Hashioka.

Presidente — deputado Paulo Corrêa (PSDB).

Segundo-secretário — deputado Pedro Kemp (PT).

DEPUTADO ANTONIO VAZ (Republicanos) — Sim.

DEPUTADO CARAVINA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO CORONEL DAVID (PL) — Sim.



DEPUTADA GLEICE JANE (PT) — Sim.

DEPUTADO JAMILSON NAME (PSDB) — Sim.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Sim.

DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — Sim.

DEPUTADA LIA NOGUEIRA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO LIDIO LOPES (Patriota) — Sim.

DEPUTADO LONDRES MACHADO (PP) — Sim.

DEPUTADO LUCAS DE LIMA (sem partido) — Sim.

DEPUTADA MARA CASEIRO (PSDB) — Sim.

DEPUTADO MARCIO FERNANDES (MDB) — Sim.

DEPUTADO NENO RAZUK (PL) — Sim.

DEPUTADO PAULO DUARTE (PSB) — Sim.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Sim.

DEPUTADO PEDROSSIAN NETO (PSD) — Sim.

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (Podemos) — Sim.

DEPUTADO RENATO CÂMARA (MDB) — Sim.

DEPUTADO ROBERTO HASHIOKA (União Brasil) — Sim.

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Sim.

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PSDB) — Sim.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Encerrada a votação. Consulto o segundo-secretário sobre o resultado.

SEGUNDO-SECRETÁRIO (deputado Pedro Kemp - PT) — São vinte e dois votos favoráveis e nenhum voto contrário.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Aprovado. Vai à redação final. Item 4. Em discussão única. Projeto de Lei nº 173/2024. Autor: Poder Judiciário. "Dá denominação à Sala do Tribunal do Júri da Comarca de Dourados. A Comissão de Constituição, Justiça e Redação



emitiu parecer favorável, por unanimidade, tendo como relatora a deputada Mara Caseiro. Em discussão... Encerrada a discussão. Em votação.

Projeto de Lei nº 173/2024, de autoria do Poder Judiciário.

Presidente — deputado Paulo Corrêa (PSDB).

Segundo-secretário — deputado Pedro Kemp (PT).

DEPUTADO ANTONIO VAZ (Republicanos) — Sim.

DEPUTADO CARAVINA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO CORONEL DAVID (PL) — Sim.

DEPUTADA GLEICE JANE (PT) — Sim.

DEPUTADO JAMILSON NAME (PSDB) — Sim.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Sim.

DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — Sim.

DEPUTADA LIA NOGUEIRA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO LIDIO LOPES (Patriota) — Sim.

DEPUTADO LONDRES MACHADO (PP) — Sim.

DEPUTADO LUCAS DE LIMA (sem partido) — Sim.

DEPUTADO MARCIO FERNANDES (MDB) — Sim.

DEPUTADO NENO RAZUK (PL) — Sim.

DEPUTADO PAULO DUARTE (PSB) — Sim.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Sim.

DEPUTADO PEDROSSIAN NETO (PSD) — Sim.

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (Podemos) — Sim.



DEPUTADO RENATO CÂMARA (MDB) — Sim.

DEPUTADO ROBERTO HASHIOKA (União Brasil) — Sim.

DEPUTADO ZECA do PT (PT) — Sim.

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PSDB) — Sim.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Consulto o segundo-secretário sobre o resultado da votação.

SEGUNDO-SECRETÁRIO (deputado Pedro Kemp – PT) — São vinte e um votos favoráveis e nenhum voto contrário.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Aprovado o projeto que denomina a Sala do Tribunal do Júri da comarca de Dourados de "Juiz Ademar Pereira". Vai ao Expediente. Item 5. Em segunda discussão e votação nominal. Projeto de Lei nº 082/2024. Autor: deputado Paulo Duarte. "Obriga as empresas prestadoras de serviço público no estado de Mato Grosso do Sul a expedir notificação prévia ao usuário ao realizar vistoria ou manutenção técnica com interrupção do serviço." A Comissão de Serviço Público, Obras, Transporte, Infraestrutura e Administração emitiu parecer favorável, por unanimidade ao projeto e à Emenda Substitutiva Integral 01, tendo como relatora a deputada Gleice Jane. A Comissão de Defesa dos Direitos do Consumidor emitiu parecer favorável por unanimidade ao projeto e à Emenda Substitutiva Integral 01, tendo como relator o deputado Marcio Fernandes. Em discussão... Encerrada a discussão. Em votação.

Lei nº 082/2024, de autoria do deputado Paulo Duarte.

Presidente — deputado Paulo Corrêa (PSDB).

Segundo-secretário — deputado Pedro Kemp (PT).

DEPUTADO ANTONIO VAZ (Republicanos) — Sim.

DEPUTADO CARAVINA (PSDB) — Sim.

DEPUTADA GLEICE JANE (PT) — Sim.

DEPUTADO JAMILSON NAME (PSDB) — Sim.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Sim.



DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — Sim.

DEPUTADA LIA NOGUEIRA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO LIDIO LOPES (Patriota) — Sim.

DEPUTADO LONDRES MACHADO (PP) — Sim.

DEPUTADO LUCAS DE LIMA (sem partido) — Sim.

DEPUTADO MARCIO FERNANDES (MDB) — Sim.

DEPUTADO NENO RAZUK (PL) — Sim.

DEPUTADO PAULO DUARTE (PSB) — Sim.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Sim.

DEPUTADO PEDROSSIAN NETO (PSD) — Sim.

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (Podemos) — Sim.

DEPUTADO RENATO CÂMARA (MDB) — Sim.

DEPUTADO ROBERTO HASHIOKA (União Brasil) — Sim.

DEPUTADO ZECA do PT (PT) — Sim.

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PSDB) — Sim.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Consulto o segundo-secretário sobre o resultado da votação.

SEGUNDO-SECRETÁRIO (deputado Pedro Kemp – PT) — São vinte votos favoráveis e nenhum voto contrário.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Aprovado. Vai à redação final por ter sofrido emendas. Item 6. Em primeira discussão e votação nominal. Projeto de Lei nº 131/2024. Autora: deputada Lia Nogueira. "Inclui, no Calendário Oficial de Eventos do Estado de Mato Grosso do Sul, instituído pela Lei nº 3.945, de 4 de agosto de 2010, o evento 'Miss e Mister Indígena', a ser comemorado no mês de abril de cada ano." A Comissão de Constituição, Justiça e Redação emitiu parecer favorável, por unanimidade, tendo como relator o deputado Antonio Vaz. Em discussão... Encerrada a discussão. Em votação.

DEPUTADA LIA NOGUEIRA (PSDB) — Declaração de voto, senhor presidente.



PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Para declaração de voto, a autora deputada Lia Nogueira.

DEPUTADA LIA NOGUEIRA (PSDB) — Quero agradecer à CCJR pelo parecer favorável. Hoje falamos tanto aqui nesta Casa sobre a questão indígena, com destaque à morte do índio em Antônio João. Essa disputa por terras não acaba. Mas hoje a gente vem com um alento à população indígena, falar do concurso que surgiu na reserva indígena de Dourados, que já é tradicional e que enaltece a cultura indígena, a tradição dos indígenas guarani kaiowá e terena. Conto com o voto favorável dos colegas. Este projeto visa valorizar a comunidade indígena. Obrigada.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Em votação.

Projeto de Lei nº 131/2024, de autoria da deputada Lia Nogueira.

Presidente — deputado Paulo Corrêa (PSDB).

Segundo-secretário — deputado Renato Câmara (MDB).

DEPUTADO ANTONIO VAZ (Republicanos) — Sim.

DEPUTADO CARAVINA (PSDB) — Sim.

DEPUTADA GLEICE JANE (PT) — Sim.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Sim.

DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — Sim.

DEPUTADA LIA NOGUEIRA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO LIDIO LOPES (Patriota) — Sim.

DEPUTADO LONDRES MACHADO (PP) — Sim.

DEPUTADO LUCAS DE LIMA (sem partido) — Sim.

DEPUTADO MARCIO FERNANDES (MDB) — Sim.

DEPUTADO NENO RAZUK (PL) — Sim.

DEPUTADO PAULO DUARTE (PSB) — Sim.



DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Sim.

DEPUTADO PEDROSSIAN NETO (PSD) — Sim.

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (Podemos) — Sim.

DEPUTADO RENATO CÂMARA (MDB) — Sim.

DEPUTADO ROBERTO HASHIOKA (União Brasil) — Sim.

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Sim.

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PSDB) — Sim.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Encerrada a votação. Solicito o resultado ao segundo-secretário.

SEGUNDO-SECRETÁRIO (deputado Pedro Kemp – PT) — São dezenove votos favoráveis e nenhum voto contrário.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Aprovado. Vai à segunda discussão. Item 7. Em discussão única e votação simbólica. Três requerimentos, quatorze indicações, seis moções de congratulação, três moções de pesar. Em discussão... Encerrada a discussão. Em votação. Os deputados que os aprovam, permaneçam como se encontram. Aprovados. Vão ao Expediente. Item 8. Moções de pesar. Moção de pesar, proposta pelo deputado Lucas de Lima, em razão do falecimento da senhora Stephania Valentina Nicassio Nunes. Proposta pela deputada Mara Caseiro, em razão do falecimento do senhor Filipe Alves da Roz. Proposta pelo deputado Marcio Fernandes, em razão do falecimento da senhora Carolina Duarte da Rocha. Em discussão... Encerrada a discussão. Em votação. Os deputados que os aprovam, permaneçam como se encontram. Aprovadas. Vão ao Expediente. Encerrada a Ordem do Dia. Passemos às **EXPLICAÇÕES PESSOAIS**. Com a palavra, o deputado Pedro Kemp. Transferida. Com a palavra, o deputado Paulo Duarte. Transferida. Com a palavra, a deputada Gleice Jane. Transferida. Com a palavra, o deputado Caravina. Transferida. Com a palavra, o deputado Pedrossian Neto. Transferida. Com a palavra, o deputado João Henrique. O senhor dispõe de dez minutos.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — sem revisão do orador — Senhor presidente, eu venho à tribuna para denunciar algo que o senhor Ricardo Ayache tem feito dentro da Cassems e para fazer um alerta ao candidato do PSDB, o Beto Pereira, que costurou uma aliança com ele. E quero convocar as famílias de autistas a entrar no post que vou fazer em minha rede social e marcar o senhor Ricardo Ayache, a Cassems e as pessoas que estão em conluio nessa atitude desumana, truculenta, empresarial. Parece que ele quer virar bancário agora. E reuniu, deputada Lia Nogueira, todas as famílias, todas as prestadoras de serviço aos autistas, e disse que iria tirar 30% do faturamento delas. Isso para que elas diminuam a qualidade do tratamento ABA. E nós temos deputado aqui neste Plenário que tem filho autista. Isso é inaceitável. Quando o estado doou para aquele senhor 60 milhões de reais para cobrir o estelionato eleitoral e o rombo na Cassems... E ele colocou a justificativa de que, se essas empresas não aceitassem sacanear, prejudicar os autistas, ele iria trazer uma empresa de São Paulo. Talvez como a Suda, do Paraná, que nós



precisamos investigar e trazer à CPI, deputada e Lia Nogueira, para entender o que está acontecendo e ver para onde está voando, em qual jatinho está esse dinheiro, esse recurso. Então, eu peço a Vossas Excelências que disparem esse nosso vídeo, para que possamos entender que o IMPCG de Campo Grande também é um órgão de saúde complementar. A gente quer entender o que vai acontecer com Campo Grande com esse tipo de parceria. Inclusive estão sendo feitas reuniões, deputada Lia Nogueira, agora, na governadoria, com esse senhor que quer aumentar a contribuição da Cassems. Parece que ele quer sair da Cassems e virar banqueiro. Mas com a saúde das crianças e das pessoas o senhor não vai mexer! Obrigado.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão (11h40min).